



GT6 – Informação, Educação e Trabalho

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

ESTÁGIOS: REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO¹

Asa Fujino

Universidade de São Paulo

Michele de Oliveira Vasconcelos

Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

RESUMO: O trabalho propõe diretrizes para repensar a ação didático-pedagógica dos docentes orientadores da disciplina “Estágio Supervisionado” e coordenadores acadêmicos de estágios extracurriculares desenvolvidos por alunos de Biblioteconomia. Baseia-se em resultados de estudo exploratório sobre a contribuição dos estágios na formação do profissional da informação, que teve como alicerces: a) referencial teórico fundamentado em dois eixos temáticos: a ação didático-pedagógica focada em estratégias de ensino com pesquisa e o papel do estágio na formação do aluno, especialmente sua inserção no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação; b) estudo de caso no curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), que envolveu: análise documental para contextualizar a disciplina “Estágio Supervisionado em Unidades de Informação” e pesquisa com alunos egressos do curso de Biblioteconomia da ECA/USP visando investigar a contribuição dos estágios realizados durante a graduação, para sua formação acadêmica e profissional. A pesquisa mostra que os estudantes realizam muitos estágios extracurriculares desde o primeiro ano de graduação e, no geral, acreditam que o estágio contribuiu de forma muito positiva para sua formação. Revelou, no entanto, necessidade de revisão de conteúdo e metodologia da disciplina Estágio Supervisionado em Unidades de Informação e de novas estratégias de acompanhamento acadêmico da atividade de estágio em geral.

Palavras-Chave: Ensinar com Pesquisa; Ação didático-pedagógica; Estágio curricular obrigatório, Estágio extracurricular; Educação Superior, Profissional da informação, Biblioteconomia

1. INTRODUÇÃO

As transformações dos mecanismos de produção, distribuição e disseminação da informação e do conhecimento decorrentes do processo de globalização e desenvolvimento acelerado das tecnologias da informação e comunicação (TICs) que caracterizam a chamada Sociedade da Informação desafiam as universidades a repensarem seus processos de formação e reverem suas práticas de ensino-aprendizagem para possibilitar a formação de alunos críticos, reflexivos, mas, sobretudo de futuros profissionais comprometidos com o desenvolvimento social global. Tal demanda exige dos educadores reflexão sobre o papel a ser assumido pelo profissional nessa nova sociedade. A definição do perfil do profissional que se objetiva formar é essencial para iniciar a construção do projeto político pedagógico.

No entanto, segundo Almeida Junior (2000) poucos são os estudos que analisam de maneira concreta a formação do profissional com relação aos problemas informacionais da sociedade atual. Neste sentido, partimos do pressuposto que esta carência de discussão pode estar contribuindo para um distanciamento não apenas em termos de conteúdos programáticos necessários à formação adequada do profissional, mas principalmente para a adoção de alternativas didático-pedagógicas equivocadas quando o objetivo é estimular a formação de um profissional com competência para observar e analisar criticamente o seu próprio fazer.

A adoção de uma proposta didático-pedagógica que estimule o aluno a investigar e interpretar eventos, a partir de postura problematizadora da realidade e do conhecimento formal disponível, permitirá que o aluno passe a ser autor e sujeito do processo de ensino apto a construir para si uma ponte entre o mundo das idéias e a realidade (RODRIGUES, 2002).

Entretanto, a adoção de tal princípio educativo pressupõe liberdade e autonomia para o aprendiz em seus processos de apropriação de conhecimentos e de construção de significados, e não apenas um exercício de sistematização, via orientação do que fazer. A prática de ensino, portanto, deve incentivá-lo ao desenvolvimento da criticidade necessária para analisar e decidir quais informações



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

do seu repertório de conhecimentos e daqueles disponíveis em seu ambiente utilizará para solucionar os problemas do cotidiano profissional.

Neste contexto, um dos componentes considerado como essencial no processo de formação de futuros profissionais é o estágio curricular ou extracurricular. Embora a natureza de cada um seja diferente no sentido das responsabilidades resultantes do exercício da atividade, na perspectiva da relação teoria-prática supõe-se que os objetivos sejam similares e que o estágio seja visto como um espaço de estudos e de prática social no âmbito profissional e esteja de acordo com as diretrizes do projeto pedagógico do curso.

O estágio como atividade essencialmente pedagógica deve ser capaz de estimular o conhecimento crítico da realidade social e sensibilizar o aluno para o atendimento de necessidades sociais balizadas por valores éticos que devem orientar sua prática profissional. Enquanto disciplina curricular tem o objetivo definido no projeto do curso e visa possibilitar uma primeira aproximação com a prática profissional, a compreensão das relações de trabalho e a articulação de competências necessárias para o exercício das funções preconizadas no curso. Assim, pressupõe-se que se reveste de oportunidade para aquisição de conhecimentos e de aprendizagens sobre o saber fazer e saber julgar consequências decorrentes das ações praticadas, onde quer que esteja sendo desenvolvido.

Por outro lado, compreender as necessidades de formação de um profissional para atuar no mundo do trabalho pressupõe estudos que ultrapassam as dimensões teóricas e exigem uma análise mais contextualizada dos potenciais ambientes de absorção desse profissional e que superam aspectos pontuais ou circunstanciais do mercado de trabalho.

No caso específico do profissional da informação, suas possibilidades de atuação são tão amplas e heterogêneas quanto os ambientes institucionais que de uma forma geral produzem, processam ou consomem intencionalmente informação.

Deste modo, seria impossível que instituições de ensino pudessem ter docentes em número suficiente para monitorar ou acompanhar atividades desenvolvidas por seus alunos em atividades de estágio, seja curricular ou



extracurricular. Assim, é fundamental avaliar os seus cursos, tanto no que tange a estrutura curricular, quanto aos demais aspectos que envolvem a formação, dentre os quais está o estágio e, conseqüentemente as formas de acompanhamento desta atividade tendo como base os princípios didático-pedagógicos que norteiam a formação do profissional que se pretende formar, de modo a repensar ações que efetivamente contribuam para alcance dos resultados esperados.

A pesquisa aqui relatada se insere em um projeto maior, cujo objetivo é pesquisar o ensinar em Biblioteconomia e Documentação. A pesquisa é realizada tendo como foco a análise dos conteúdos programáticos das disciplinas da estrutura curricular e a ação didático-pedagógica do corpo docente. O objetivo geral é o de contribuir para repensar a ação na relação com alunos e propor diretrizes para a monitoria das atividades desenvolvidas por alunos de Biblioteconomia e Ciência da Informação. O objetivo específico foi investigar a contribuição dos estágios na formação do profissional da informação, a partir da percepção de profissionais egressos do curso de Biblioteconomia da USP.

Trata-se de estudo exploratório e para realização desta etapa do trabalho foram adotados procedimentos metodológicos constituídos de duas fases. A primeira consistiu na composição de um quadro teórico de referência obtido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, o qual contemplou os temas: ensino superior, estágios, e formação do profissional da informação com enfoque para o curso de graduação em Biblioteconomia da ECA/USP. Na segunda fase foi realizada uma pesquisa de campo de caráter descritivo e explicativo junto a profissionais egressos do curso de Biblioteconomia da ECA/USP, formandos dos anos de 2006 a 2008.

Os resultados da investigação foram utilizados como subsídio para refletir sobre o papel do docente no acompanhamento acadêmico de alunos da disciplina “Estágio Supervisionado” e na coordenação acadêmica de estágios extracurriculares.

2. A aproximação entre Educação e Trabalho

Embora seja consenso que as instituições de ensino superior tenham por objetivos: produzir e difundir conhecimentos, formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho, promover a cultura, a ciência e a tecnologia e assegurar

serviços de qualidade para a sociedade e , apesar do processo de expansão acelerado do ensino superior brasileiro ter se iniciado em meados da década de 70, foi somente a partir de 1996, com a instituição da “Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional” que se começou a demonstrar uma preocupação mais clara com a qualidade do ensino superior. A Lei nº. 9.394/96 caracterizou detalhadamente as instituições de ensino superior como instituições onde ensino, pesquisa e extensão desenvolvem-se concomitantemente.

De igual modo, embora os estágios tenham sido inseridos no ensino superior na década de 60 como treinamentos profissionais exigidos para formação de muitos bacharéis, inclusive bibliotecários, Probst (2003) destaca que o estágio inicialmente era tratado apenas como uma atividade a ser desenvolvida no mundo do trabalho, não havendo nenhuma preocupação com o aspecto pedagógico. Dava-se ênfase mais à prestação de serviços do que ao processo de aprendizagem.

Foi apenas em 1977 com a promulgação da Lei no. 6494, conhecida como Lei do Estágio, que se define uma aproximação entre mercado de trabalho e educação, com uma sinalização maior para com os aspectos pedagógicos. Entre suas principais disposições destacamos:

- i. Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em consonância com currículos, programas e calendários escolares pela própria instituição de ensino;
- ii. Os estágios, além de profissionalizantes, podem assumir a forma de atividade de extensão, mediante a participação do estagiário num projeto de interesse social – como o projeto Rondon¹, por exemplo;
- iii. A realização do estágio deve ser regulamentada por meio de contrato celebrado entre o estudante e a parte concedente, com obrigatoriedade interveniência da instituição de ensino;
- iv. A carga horária de estágio deve ser compatível com o horário escolar e deve ser determinada pela instituição de ensino;

¹ Os megaprojetos Rondon, Mauá e outros levaram estudantes universitários para prestação de serviços a diversas regiões carentes do país, valendo sua participação como estágios curriculares. Essas participações eram tidas como um misto de civismo e de prática experimental da formação acadêmica. Nesses projetos tiveram lugar, especialmente, os alunos de Engenharia, Tecnologias, Economia e Administração. (NATHANIEL, 2006, p.135)

- v. A carga horária de estágio no período de férias escolares pode ser especial e deve ser acordada entre o estagiário e a parte concedente do estágio, sempre com a interveniência da instituição de ensino.

A Lei caracteriza também as duas modalidades de estágios existentes: o primeiro denominado Estágio Obrigatório é “*definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma*”; o segundo denominado Estágio Não-Obrigatório “*é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória*”.

A lei foi regulamentada cinco anos depois, com a publicação do Decreto nº. 87.497/82, que trouxe algumas novidades. Dentre as quais, destacam-se:

- i. A reafirmação da competência exclusiva da instituição de ensino, “*a quem cabe a decisão sobre a matéria*”, para regularizar a organização e o funcionamento do estágio;
- ii. A obrigatoriedade do estágio na programação didático-pedagógica do curso;
- iii. A fixação em um semestre da duração mínima do estágio;

Outra novidade é exposta no artigo 2, que trata de conceituar o estágio curricular:

“Consideram-se estágio curricular as atividades de aprendizado social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho em seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral, ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino”. (BRASIL, 1982)

Essa conceituação revela todos os componentes do estágio, a saber: o aluno, as atividades tipificadoras do estágio, as concedentes de estágio e o papel da escola como a única instituição competente para decidir sobre os estágios de seus alunos. (NATHANIEL, 2006, p.138).

Pimenta (2003) faz uma observação sobre a “curricularidade” do estágio. A autora ressalta que o estágio não deve se constituir como uma estratégia de prática aplicada ou de verificação da teoria, mas deve ser simultaneamente teoria e prática. Segundo ela, o estágio curricular deveria ser definido como:

“(...) processo de pesquisa do real, realizada na universidade e no *locus* da aplicação profissional, de maneira a contextualizá-lo na sociedade como um todo. Teria como objetivo realizar o diálogo

entre o teórico existente e o real, explorando as contradições na busca de alternativas. Seria uma estratégia de formação universitária, de interesse da escola”.

e o estágio extracurricular, que a autora chama de *estágio profissional*, seria:

“(...) um processo de aprendizagem através do exercício e aplicação de práticas no ambiente de atuação profissional. Teria como objetivo desenvolver e treinar habilidades específicas. Seria uma estratégia de formação pessoal, de interesse do indivíduo”.

A última mudança na legislação do estágio se deu recentemente com a aprovação da Lei nº. 11.788 de 2008, após longo debate entre governo, empresários, instituições de ensino e estudantes e trouxe benefícios importantes para os estagiários, entre eles:

- i. Limitação da carga horária de estágios em 20 horas semanais para estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos, e de 36 horas semanais para estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular;
- ii. Obrigatoriedade da concessão de bolsa-auxílio e vale-transporte aos estudantes, no caso de estágio não-obrigatório;
- iii. Obrigatoriedade da concessão de férias remuneradas de 30 dias, sempre que estágio tenha duração igual ou superior a um ano, ou proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a um ano;
- iv. Determinação do número máximo de estagiários em relação ao quadro de empregados das entidades concedentes.

Embora as especulações sobre os impactos da nova lei de estágio sejam diversas, há consenso de que ela representa um grande avanço para as relações de participação dos estudantes no mercado de trabalho, ao determinar os direitos e deveres dos estudantes, das empresas e das instituições de ensino. No que tange à responsabilidade, a Lei estabelece que ela envolve quatro agentes principais: a instituição de ensino, a instituição concedente, o estagiário, e opcionalmente, o agente de integração. Dentre estes, para efeito deste trabalho, priorizou-se a discussão sobre a responsabilidade da instituição de ensino. As obrigações determinadas por lei referem-se basicamente aos aspectos administrativos, apontando, no entanto, que cabe à instituição “indicar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, e zelar pelo seu cumprimento”.



Andrade (2003), a partir da síntese dos dispositivos legais, aponta as seguintes características do estágio: trata-se de experiência prática no campo de atuação da formação; complementa o ensino, está contemplado no currículo e é de responsabilidade da instituição de ensino. Nathanael (2006) alerta, porém, que o estágio não substitui a aprendizagem escolar e entende que a ligação do estágio com o mundo do trabalho vai muito além da prática dos saberes adquiridos em sala de aula e sintetiza as contribuições do estágio em quatro pontos: o estágio promove *maturidade existencial*, uma *iniciação indiscutível*, *riqueza comportamental* e a *cultura do saber acadêmico*, que leva à compreensão racional da realidade.

Outro componente, agregado ao estágio ao longo do tempo, é de conteúdo social. Uma série de estudos realizados pela empresa InterScience - Informação e Tecnologia Aplicada, em conjunto com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), desde 2002, revela dados interessantes sobre o aspecto social do estágio e em levantamento realizado no ano de 2003, apontou que 64% dos estagiários de ensino médio e superior são efetivados nas empresas em que estagiavam. Os jovens demonstraram ainda ter consciência de que teriam maiores dificuldades para ingressar no mercado de trabalho sem a realização do estágio. A maior dessas dificuldades, para 28%, seria a falta de visão profissional; a falta de perspectiva é apontada por 23%; dificuldades de relacionamento e a dependência pessoal e financeira são dois outros obstáculos mencionados.

Deste modo, cada vez mais a prática de estágio vem sendo valorizada e incorporada por diferentes cursos com o intuito de estimular a imersão crítica na realidade social. No entanto, a observação crítica da realidade pressupõe atitude investigativa e tal atitude não pode ser transmitida ao sujeito, mas sim construída e desenvolvida individualmente.

Piaget (1978), teórico idealizador da teoria construtivista, entende o sujeito como um ser ativo na construção do seu conhecimento e, nesse sentido, um erro corrigido pelo próprio aprendiz pode ser mais relevante para a construção do conhecimento do que um acerto imediato e destaca que a construção do conhecimento se faz em duas fases: a exógena, que corresponde à constatação e repetição, à execução de tarefas; e a endógena que corresponde à abstração na



qual o sujeito retira informações da própria ação e as processa para estabelecer relações que contribuem para a reorganização mental. Para o autor

“ ...fazer é compreender em ação uma dada situação em grau suficiente para atingir os fins propostos, e compreender é conseguir dominar, em pensamento, até poder resolver os problemas por elas levantadas, em relação ao porquê e ao como das ligações constatadas e, por outro lado, utilizadas na ação “ (PIAGET, 1978. P. 176)

Assim, entendemos que de acordo com a teoria construtivista caberia à instituição de ensino propor atividades desafiadoras, capazes de desencadear conflitos cognitivos adequados ao nível de desenvolvimento do estudante e oferecer condições para que ele vivencie situações que lhe permitam construir e desenvolver essas competências. Tais condições incluem não apenas aspectos administrativos de apoio à inclusão do aluno na instituição contratante, mas também a orientação pedagógica necessária para o desenvolvimento cognitivo decorrente da prática. Nesse sentido, embora a lógica do mercado estabeleça diferenças em relação ao estágio curricular e o extracurricular, do ponto de vista das instituições de ensino, tal diferença seria irrelevante já que o estágio é instrumento integrante da articulação prática-teoria/prática e do envolvimento da instituição de ensino com as organizações e implica atividades correlatas de aprendizagem proporcionadas ao estudante enquanto profissional em formação (PICONEZ , 2000).

Por outro lado, Degenszajn² (2004) adverte que não é função da universidade formar profissionais para determinada empresa ou para o mercado. O papel da universidade é “*formar cidadãos que possam ser sujeitos de sua própria carreira profissional*”.

Nesse sentido, as instituições de ensino devem fortalecer a condição de aprendizagem do estudante e orientá-lo para que ele não se submeta à execução de atividades não relacionadas à sua área de formação, ou que possam prejudicar seu desempenho acadêmico.

3. ESTÁGIO E FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

² Rachel Raichelis Degenszajn foi coordenadora do ForGRAD Região Sudeste na Gestão 2003/2004 e Vice-Reitora Acadêmica da PUC-SP na Gestão 2000-2004.



O ensino de Biblioteconomia se iniciou no Brasil em 1915 na Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro, com a finalidade de atender as necessidades de mão-de-obra da própria instituição. Segundo Castro (2000) o curso tinha como foco a formação de profissionais de perfil humanista e refletia a estrutura organizacional da instituição com um método de ensino centrado no repasse de experiências pelos professores, que eram encarregados durante anos das seções da Biblioteca. A regulamentação inicial da profissão ocorre através da Lei nº 4.084/62 e estabelece um avanço para o ensino. A lei determina as atribuições da profissão, trata do ensino de Biblioteconomia e cria os Conselhos Regionais para fiscalizar o exercício da profissão de bibliotecário e contribuir para o aprimoramento da área e seus profissionais. Essa lei é regulamentada mais tarde pelo Decreto nº. 56.725 de 1965, e atualizada pela Lei nº. 9.674 de 1998.

Foi também no ano de 1962, que se estabeleceu o primeiro currículo mínimo para os cursos de graduação em Biblioteconomia. Antes disso, cada escola determinava o seu programa curricular, o que gerava uma ausência de uniformidade nos conteúdos. O estágio curricular surge em 1982 seguindo a tendência das instituições educacionais de buscar a aproximação entre educação e trabalho como forma de aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. O MEC, no parecer nº. 492/2001, que apresenta diretrizes para os cursos de Biblioteconomia, aponta a seguinte deliberação com relação aos estágios e atividades complementares:

Mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, os estágios serão desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades acadêmicas, sob a responsabilidade imediata de cada docente. Constituem instrumentos privilegiados para associar desempenho e conteúdo de forma sistemática e permanente. Além disso, o colegiado do curso poderá estabelecer o desenvolvimento de atividades complementares de monitoria, pesquisa, participação em seminários e congressos, visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, igualmente orientadas por docentes (de preferência em regime de tutoria) a serem computadas como carga horária. (BRASIL, 2001).

As diretrizes fornecem orientação às instituições para o desenvolvimento do estágio, porém o planejamento e o período do curso em que devem ser realizados ficam sob responsabilidade das próprias instituições de ensino. A ABECIN (2002) destaca que nas estruturas curriculares das instituições de ensino, predomina a



percepção de que a teoria vem sempre antes da prática e, com esta compreensão, as instituições organizam o conhecimento em grades disciplinares hierárquicas e fragmentadas e os estágios curriculares estão na maioria das vezes localizados no final de seus cursos.

Embora seja verdade que os estágios curriculares estejam geralmente situados ao final dos cursos de graduação, a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação detém uma singularidade. Trata-se da grande oferta de estágios remunerados para os estudantes desde o primeiro ano da graduação, sobretudo em grandes cidades como São Paulo. Esses fatores contribuem para que os estudantes de Biblioteconomia realizem estágios durante todo o curso de graduação. Daí a extrema importância de avaliar como essas atividades estão sendo desenvolvidas e a orientação recebida na instituição de ensino, pois certamente, elas exercem grande influência na formação do profissional.

3.1. O CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA ECA/USP

O curso de Biblioteconomia da ECA/USP nasceu na mesma época em que a profissão de bibliotecário foi regulamentada no país. Em junho de 1966, o Decreto estadual nº. 46.419, instituiu a fundação a Escola de Comunicações Culturais – ECC, que mais tarde passou a se chamar Escola de Comunicações e Artes (ECA), com o Decreto nº. 52.326, de 16 de dezembro de 1969. Os primeiros cursos da unidade foram: Artes Dramáticas, Biblioteconomia, Documentação, Cinema, Jornalismo, Rádio e TV, e Relações Públicas.

Em 1968, os cursos de Biblioteconomia e Documentação foram unificados e a escola adotou o currículo mínimo, que vigorou até 1984, quando foi aprovado o 2º currículo mínimo, e o Departamento de Biblioteconomia e Documentação iniciou a implantação de um novo currículo para o curso. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996, o currículo mínimo deixou de existir e no ano seguinte o departamento elaborou um novo currículo de acordo com as diretrizes curriculares. O aperfeiçoamento do currículo sempre foi uma preocupação constante do departamento e foi reformulado várias vezes, buscando formar profissionais críticos e reflexivos.

De acordo com o projeto pedagógico vigente,



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

O curso de Biblioteconomia, ministrado na Escola de Comunicações e Artes tem como missão principal formar profissionais capazes de atuar no campo da informação, numa perspectiva integrada, com visão crítica e com habilidades suficientes para gerenciar unidades de informação das diferentes organizações, por meio da utilização de técnicas e instrumentos específicos da prática profissional. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2007, p.4)

Para tanto, a estrutura curricular do curso é composta de disciplinas teóricas de formação humanística e disciplinas técnicas laboratoriais mais específicas da formação profissionalizante. O currículo inclui ainda matérias de outros campos do conhecimento e é ministrado atualmente por um corpo de 19 docentes do CBD, todos com título de doutor. São oferecidas 35 vagas anualmente, sendo 20 vagas para o período noturno e 15 para o período matutino.

3.2. O ESTÁGIO NO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA ECA/USP

Na Universidade de São Paulo, a atividade de estágio é regulada pela Comissão Assessora de Estágios (CAE), que elabora e implementa a política de estágios acadêmicos em nível de graduação em conformidade com a legislação específica. O estágio é regido atualmente pelas resoluções nº. 5.528/09 e 5.808/09, que disciplinam a concessão de estágios na universidade e os realizados por seus alunos em instituições externas. Tanto os estágios curriculares, quanto os estágios extracurriculares, são regidos por documentos legais firmados entre a unidade e a instituição externa.

No curso de graduação em Biblioteconomia o estágio curricular obrigatório está incluído no projeto pedagógico e deve ser realizado a partir do 5º semestre, concomitante à disciplina de Estágio Supervisionado em Unidades de Informação, prevendo carga horária mínima de 360 horas de estágio. A disciplina tem carga horária de 30 horas-aula e tem como objetivos:

Acompanhar os estágios obrigatórios realizados pelo Discente. Discutir, refletir e orientar coletivamente as vivências profissionais realizadas. Promover trocas de experiências e a cooperação entre os estudantes. Destacar aspectos sociais, culturais, educacionais e de mercado de trabalho relacionados à carreira e a atividade bibliotecária. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2010)

Durante a disciplina os alunos compartilham as experiências vivenciadas no estágio, através de seminários e discussões em sala de aula. Em 2005, alteração na



estrutura curricular passou a permitir a realização de estágios em qualquer unidade de informação, desde que esta possua um profissional formado e registrado no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), para supervisionar o estágio. Anteriormente os alunos só podiam cumprir o estágio obrigatório em bibliotecas públicas e/ou escolares e em bibliotecas universitárias e/ou especializadas, o que limitava a visão do campo de atuação do profissional. Ao final da disciplina, o aluno elabora o Relatório de Estágio, que deve ser aprovado pelo profissional supervisor de estágio na instituição concedente, e pelo docente responsável pela disciplina. O relatório é a certificação de que o estudante cumpriu a carga horária mínima de estágio exigida, e em conformidade com os propósitos pedagógicos.

Já o estágio extracurricular é uma atividade opcional, e pode ser realizado desde o início do curso, mediante os mecanismos de regulamentação já citados anteriormente. Este, diferentemente do estágio curricular, não possui ligação direta com nenhuma disciplina específica, e não recebe o mesmo acompanhamento daquele. A única ferramenta de avaliação dessa modalidade de estágio é o Relatório de Estágio, entregue pelo aluno à ECA/USP ao final do estágio, que nesse caso, não é analisado com o mesmo rigor que o relatório do estágio curricular obrigatório. Na maioria das vezes o documento é um simples relato das atividades realizadas, sendo insuficiente para analisar a qualidade do estágio.

4. PESQUISA COM EGRESOS DA ECA-USP

A pesquisa de campo, de caráter descritivo e explicativo, junto a egressos do curso de Biblioteconomia da ECA-USP teve como objetivo traçar um panorama da formação dos estudantes no que se refere ao aspecto estágio, e analisar a percepção dos profissionais sobre a contribuição dessa atividade para sua formação e exercício da profissão. O universo definido para a pesquisa é composto de 79 profissionais que concluíram a graduação em Biblioteconomia na ECA-USP nos anos de 2006, 2007 ou 2008. A pesquisa foi encaminhada a todos e obteve-se resposta de 37 profissionais, o que equivale a uma amostra de 46,8%.

Para levantamento dos dados optou-se por um questionário semi-estruturado, de modo a possibilitar a apreensão de informações de natureza qualitativa que permitisse a compreensão melhor do problema de pesquisa. O instrumento foi

composto de três partes: identificação, formação e vida profissional, constituindo um total de 23 questões, sendo cinco delas em escala de intensidade de cinco graus³, de modo a obter do respondente sua percepção sobre as variáveis escolhidas para avaliar a contribuição da atividade de estágio em sua formação e vida profissional. Para construção do questionário foi utilizada a ferramenta Google Docs, que possibilita a criação e edição on-line de diversos tipos de documentos eletrônicos. Foi realizado pré-teste com 5 pessoas não integrantes do universo definido para a pesquisa. O questionário ficou disponível no período de 24 de abril a 18 de maio de 2010.

Para efeito deste trabalho foram considerados os resultados das questões específicas sobre os aspectos didático-pedagógicos envolvidos na relação instituição de ensino-estagiário, apresentados em 4 blocos, conforme segue:

4.1 PARTICIPAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS ESTÁGIOS REALIZADOS:

Os resultados obtidos confirmam a participação maciça de estudantes em atividades de estágios extracurriculares: no período matutino o percentual é de 88% e no período noturno é de 69%, sendo que 46% fizeram 3 estágios ou mais, seguidos por 19% que realizaram 2 estágios. Tal participação é independente do domínio de conteúdos programáticos, considerados como necessários do ponto de vista formal, conforme previsto na estrutura curricular, uma vez que 84% iniciaram a atividade antes do período formalmente estabelecido na estrutura curricular (3º ano da graduação), sendo que 60% a partir do 1º ano e 24% a partir do 2º ano. Entre os fatores que motivaram a realização de estágios, a grande oferta de estágios foi apontada por 53% como sendo importante (43%) e muito importante (10%). A necessidade financeira por sua vez, foi indicada por 77% , como aspecto muito importante (47%) importante (30%). Tais resultados evidenciam fatores externos à instituição acadêmica, mas que não devem ser desconsiderados uma vez que não passíveis de solução pela própria universidade. Por outro lado, como as áreas de atuação onde os estudantes realizaram estágios foram predominantemente: Ensino e pesquisa (65%), Lazer e cultura (38%), Governo (38%) e Comércio e Serviços

³ As escalas são instrumentos construídos com o objetivo de medir a percepção dos indivíduos acerca do fenômeno pesquisado, da maneira mais objetiva possível. Possibilita levantar fatos qualitativos, de forma quantitativa.



(35%), é de se supor que existe um potencial de atuação junto às próprias instituições de ensino e pesquisa para o redesenho da atividade de monitoria dos estágios, não necessariamente pela alternativa da proibição ou negação de contratos para alunos iniciantes. Uma alternativa seria pensar uma orientação pedagógica que estimule o aluno a problematizar a partir da experiência e discuti-las no âmbito acadêmico, nas várias disciplinas ao longo do curso, alterando a concepção de ensino convencional em que a teoria deve necessariamente anteceder a prática. A atual concepção tem levado à organização de grades disciplinares hierárquicas e fragmentadas na contramão dos processos de ensino-aprendizagem voltados para o estímulo ao processo de aprendizagem e menos no de ensino.

4.2 AVALIAÇÕES DA DISCIPLINA E DOS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO DOS ESTAGIÁRIOS

Como pressuposto no início da pesquisa, a disciplina de Estágio Supervisionado em Unidades de Informação embora considerada por 60% dos respondentes como importante para sua formação, teve avaliação regular quanto à relação teoria-prática proporcionada pela disciplina (30% concordaram em parte com afirmação, e 27% discordaram em parte) e o potencial de interação com o estágio (38% dos respondentes discordaram em parte com a afirmação de que “A metodologia adotada na disciplina possibilitou a interação com o estágio”, e 30% concordaram em parte). O aspecto pior avaliado, foi o que se refere aos mecanismos de acompanhamento do estágio: 38% dos respondentes discordaram em parte que a disciplina possuía os mecanismos necessários para o acompanhamento do aluno no estágio, e mais 14% discordaram totalmente. Confirmado a percepção de descompasso entre disciplina e acompanhamento acadêmico da atividade “estágios”, a disciplina de Estágio Supervisionado foi um dos pontos mais comentados quando se abriu espaço para que os respondentes fizessem críticas e comentários sobre o tema pesquisado, em sua maioria relativa às dificuldades de efetivação da proposta pedagógica. Embora tenha como um dos objetivos orientar coletivamente as experiências profissionais vivenciadas pelos alunos, a disciplina chegou a ter sua necessidade questionada: “observo a

necessidade de avaliar a pertinência da disciplina e do estágio obrigatório para a formação do profissional, uma vez que a quantidade de alunos sem experiência de estágio na área parece bem pequena”.

Tais resultados permitem concluir sobre a inadequação do modelo didático-pedagógico atual da disciplina e da sua inserção na estrutura curricular. A conclusão é reforçada pelo fato de que entre os fatores que influenciaram a escolha da instituição para realização do estágio curricular obrigatório, os respondentes apontaram o fato de já trabalharem na instituição (65%), seguido do interesse pela área de atuação (22%). É evidente a inversão feita pelo próprio aluno em relação ao modelo tradicional teoria/prática, pois os resultados explicitam claramente situações em que a prática precede a formação teórica. Nesse caso, também seria importante pensar formas para maximizar o aproveitamento dessas experiências na construção do conhecimento, revendo a relação ensino-aprendizagem a partir da adoção do princípio de que o aluno é construtor do próprio conhecimento na interação com o objeto e o meio e que conhecer as formas adotadas para solução dos problemas pode ser o início de um novo processo de racionalização e de teorização que o leve a novo patamar de conhecimento.

4.3 PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS SOBRE A INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE DE ESTÁGIO PARA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA, SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL

Confirmando resultados anteriores, a avaliação geral dos estágios foi positiva em alguns aspectos e regular em outros. Entre os aspectos positivos, foi citada a aquisição de novos conhecimentos não abordados na universidade (67%), sendo que 35% afirmaram que isso ocorreu frequentemente, e 32% afirmaram ter ocorrido sempre. A importância para a formação acadêmica é inquestionável, uma vez que 82% realizaram atividades pertinentes à área de formação, tendo 43% indicado que isso ocorreu frequentemente e 38%, que isso ocorreu sempre. A flexibilidade das instituições em relação aos períodos de provas e trabalhos dos estagiários foi outro aspecto bem avaliado pelos respondentes: 32% afirmaram que sua condição de estudante foi respeitada sempre e 27% frequentemente. A avaliação da contribuição dos estágios para o desenvolvimento acadêmico e profissional foi muito positiva.



Para 97% dos respondentes, os estágios favoreceram o processo de ensino-aprendizagem, sendo que 54% concordaram em parte com a afirmação e 43% concordaram plenamente. Para 94% dos respondentes, os estágios também proporcionaram embasamento para o exercício profissional, e para 87% as habilidades desenvolvidas nos estágios contribuíram para as atividades que exercem atualmente.

De uma maneira geral, os estágios não atrapalharam o desempenho acadêmico, segundo os participantes da pesquisa. Contudo, o número de participantes que concordou em parte com a afirmação de que “os estágios atrapalharam meu desempenho acadêmico” representou 27% das respostas. Essa constatação não surpreendeu, considerando o fato de que os estudantes realizam muitos estágios, desde os primeiros anos de graduação. Tal dado pode ser interpretado como uma alternativa negativa quando visto sob a possibilidade de o tempo dedicado aos estágios ter sido empregado em outras atividades, como um projeto de iniciação científica, por exemplo. No entanto, há que considerar que a realidade não corresponde ao ideal, em termos de oportunidade para realização de tais programas, e os projetos de iniciação científica são propostos com objetivos diferentes da prática profissional, via estágios. Além disso, outras variáveis devem ser consideradas na avaliação do aluno em relação ao seu maior ou menor desempenho acadêmico e que podem estar relacionadas não apenas ao tempo de participação em estágios, mas a condições de infraestrutura para sua participação, por exemplo, tempo gasto com transporte ou mesmo o fato de problemas enfrentados no estágio não terem obtido espaço para discussão em sala de aula ou com orientadores acadêmicos. Por outro lado, a avaliação da contribuição dos estágios para o desenvolvimento de competências e valores comportamentais também foi muito positiva, com destaque para o trabalho em equipe (86%) e para o desenvolvimento do relacionamento interpessoal (89%), competências essas de difícil desenvolvimento no âmbito da sala de aula.

4.4 ATIVIDADES PROFISSIONAIS ATUAIS

A última parte da pesquisa buscou verificar se os respondentes exercem a profissão atualmente e em quais setores estão inseridos. Os resultados revelaram



que 89% dos respondentes atuam na área, o que evidencia grande inserção no mercado de trabalho. Entre os 11% de respondentes que não atuam na área, 50% mencionou o fato de as vagas disponíveis não atenderem às suas expectativas; outros 25% por não ter interesse e 25% por não terem obtido emprego. Quantos aos espaços de atuação, a área pública (57%) e privada (30%), revelam que as áreas de maior atuação dos estagiários coincidem com as áreas de atuação após a formação. O setor de ensino e pesquisa também se manteve como principal área de atuação dos profissionais (46%). Tais resultados confirmam a importância dos estágios na formação dos profissionais e, no que pese o fato de os alunos estagiarem em momentos supostamente inadequados da estrutura curricular, o ganho em termos gerais foi positivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a contribuição dos estágios na formação dos alunos de Biblioteconomia da ECA/USP possibilitou entre outros resultados, a análise da interação da disciplina “Estágio supervisionado em unidades de informação” e a experiência de aprendizado decorrente dos estágios realizados, o que trouxe subsídios para repensar a ação didático-pedagógica necessária para que o estágio seja, de fato, um espaço de aprendizagem mais significativa.

Partindo do pressuposto que a ação educativa na formação de futuros profissionais da informação deva atuar no sentido de criar condições para transformar a prática em laboratório simultâneo de sistematização de conhecimentos e de conquista de novos caminhos para um fazer com mais qualidade, é necessário criar condições concretas para se instaurar no Curso de Biblioteconomia da ECA/USP uma revisão do processo de ensino-aprendizagem que leve à construção de novos saberes, a partir de modelos não convencionais e independentes da hierarquia prevista na estrutura curricular.

No caso da Universidade de São Paulo, o aluno ao fazer estágio em instituição externa, mesmo que extracurricular, deve ter assegurado o direito à obtenção de documentos que garantem a legalidade da sua condição como aluno de uma instituição de ensino superior como estagiário em instituição conveniada, mas

também o direito a um acompanhamento do ponto de vista acadêmico, uma vez que o documento prevê a obrigatoriedade de aprovação por um docente do quadro efetivo da universidade, que atua como coordenador acadêmico. Tal documento é atualmente visto pelo próprio aluno como inócuo do ponto de vista acadêmico, já que os resultados mostram que nem a universidade, nem a instituição concedente de estágio têm condições para monitoria das atividades.

Assim, além das questões legais e da intervenção necessária para evitar possibilidades de o aluno vir a ser utilizado dentro de uma estratégia perversa de mercado para driblar encargos trabalhistas, cabe à universidade a responsabilidade pela orientação ao aluno aprendiz em atividades de estágio para evitar por um lado a supervalorização da prática e de outro a escamoteação da teoria, que, em conjunto, o levariam à percepção distorcida da natureza da atividade.

A diversificação dos ambientes de estágio traz novas experiências à sala de aula e possibilita uma visão mais ampla das possibilidades de trabalho na área e, sobretudo, das relações e interações que ocorrem no mundo do trabalho, com possibilidades crescentes de surgimento de espaços não tradicionais.

Assim, uma alternativa seria a concepção de atividades de tutoria, a ser exercida por docentes durante o percurso do aluno na universidade, além de uma revisão dos procedimentos didático-pedagógicos em todas as disciplinas de modo a possibilitar espaços para que o aluno seja estimulado à discussão de experiências e problemas vivenciados em sala de aula.

Deste modo, aliado à estratégia de sistematização de conteúdos, poderia ser implantado modelo didático-pedagógico baseado na discussão de problemas, no qual professores realizariam intervenções com o objetivo de estimular o aluno aprendiz a identificar suas dificuldades e entender os caminhos trilhados na busca de soluções para superar eventuais dificuldades ou possibilitar a compreensão dos princípios teóricos que justificam as opções adotadas ou a serem efetivadas.

Nesse sentido, é importante também discutir a pertinência de uma maior participação das instituições de ensino nos Conselhos Profissionais, de modo a estabelecer diretrizes para a supervisão de estágios que não criem conflitos entre as normas que balizam o exercício da profissão e os objetivos almejados pelo aprendiz



e instituições de ensino. A legislação existe para regulamentar o exercício da profissão, tanto no caso da Biblioteconomia, quanto na docência, mas é importante considerar que a evolução do mundo do trabalho exige revisão não apenas dos processos educacionais como também das regulamentações profissionais em vigência. A exigência de credenciamento em Conselho Regional de Biblioteconomia para supervisão de alunos em novos ambientes informacionais ainda não ocupados por bibliotecários pode atuar no sentido de cercear as possibilidades de descoberta e interação dos aprendizes, sem, contudo, trazer benefícios decorrentes da garantia de supervisão de qualidade, pressuposto da reserva de mercado para a profissão.

ABSTRACT: This work discusses a new pedagogical conception for the undergraduate courses on Library and Information Science. The proposal aims to integrate research concepts and practices in the undergraduate education . The discussion is based on the results of investigation about the influence of internships in training to information professionals based in perception of professionals graduated by librarianship course at School of Communications and Arts, University of São Paulo. This exploratory study is based on three steps: a) theoretical framework that presents a historical brief of internships in Brazil as well as their integration into context of librarianship, b) documentary analysis of curriculum structure of Librarianship course at School of Communications and Arts University of São Paulo (ECA / USP) to contextualize the discipline "Supervised Traineeship in Information Units", and c) research involving students graduated by librarianship course at ECA/USP to investigate the contribution of internships performed during graduation for their academic and professional training. The research showed that many students make internships since the first year of graduation, and in the general, they believe that the traineeship contribute very positively to their training. The study also revealed a need to review content and methodology of discipline Supervised Traineeship in Information Units and other strategies for academic supervision of training programs.

Keywords: Internships; Compulsory internship; Higher education; Information professionals, Librarianship.

REFERÊNCIAS

ABECIN – Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação. *Diretrizes para a construção de indicadores de qualidade para a avaliação de cursos de graduação de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis: ABECIN, 2002. Disponível em:



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

<<http://www.abecin.org.br/portal/abecin/documentos/repositorio/DocumentosABECIN3.doc>>. Acesso em: 27 nov. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Profissional da informação: entre o espírito e a produção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p.31-51

ANDRADE, Denise Lapolla de Paula Aguiar. *Contribuição da notificação recomendatória sobre a política de estágios nacional: uma avaliação crítica*. In: Relatório do II Encontro Nacional Estágios, Ensino Superior e Mercado de Trabalho: Perspectivas para o Futuro, São Paulo, 07-08 de Abril, 2003.

BRASIL. Decreto-lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial.

_____. Lei nº. 6.494, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências.

_____. Decreto nº. 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei nº. 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências.

_____. Lei nº. 8.859, de 23 de março de 1994. Modifica dispositivos da Lei nº. 6.494, de 7 de dezembro de 1977.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei nº. 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 492, de julho de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

CASTRO, César Augusto. *História da biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

DEZENSZAJN, Rachel Raichelis. *Por uma Política Nacional de Estágios*. In: III Encontro Nacional de Estágios, Campinas, 03-04 de Maio, 2004. (Palestra) Disponível em: <http://www.preg.ufms.br/DIAP/ESTAGIO/FORGRAD-UNICAMP.pdf> . Acesso em: 05 abr. 2010.

NATHANIEL, Paulo; NISKIER, Arnaldo. *Educação, Estágio & Trabalho*. São Paulo: Integrare, 2006.

PIAGET, Jean. *Fazer e compreender*. São Paulo: melhoramentos, 1978.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. *A prática do ensino e o estágio supervisionado: a aproximação da realidade e a prática da reflexão*, 9-3. Campinas: Papirus, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. *Estágio, trabalho e educação*. In: Relatório do II Encontro Nacional Estágios, Ensino Superior e Mercado de Trabalho: Perspectivas para o Futuro, São Paulo, 07-08 de Abril, 2003.

PROBST, Sônia. *Aspectos legais e éticos dos estágios: o papel das universidades*. In: Relatório do II Encontro Nacional Estágios, Ensino Superior e Mercado de Trabalho: Perspectivas para o Futuro, São Paulo, 07-08 de Abril, 2003. (Conferência)

RODRIGUES, Mara Elaine. A pesquisa como princípio educativo para a formação de profissionais de informação. In: VALENTIM, M.L.P. (org). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002. P.89-101

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Júpiter – Sistema de Graduação. *Disciplina CBD0273 - Estágio Supervisionado em Unidades de Informação*. Disponível em: <http://sistemas2.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=CBD0273>. Acesso em: 7 maio 2010.

_____. [Relatório do curso de Biblioteconomia]. São Paulo, [2007].

_____. Resolução nº.5.808, de 20 de Outubro de 2009. Altera a Resolução nº 5528/2009, que disciplina a concessão de estágios na USP e os realizados por seus alunos em instituições externas.

_____. Resolução nº. 5.528, de 18 de Março de 2009. Disciplina a concessão de estágios na Universidade de São Paulo e os realizados por seus alunos em instituições externas.